



08

A UFRN SOB VIGIA: ANALISANDO A ATUAÇÃO DA ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO (ASI) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN) NO PERÍODO DE ADRIEL LOPES CARDOSO

UFRN Under Surveillance: Analyzing the Activities of the Security and Information Advisory (ASI) at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN) During the Adriel Lopes Cardoso Period

Pedro de Souza Moreira¹

DOI: 10.5281/zenodo.18620298

Como citar este artigo (ABNT NBR 6023/2018):

MOREIRA, Pedro de Souza. A UFRN sob vigia: analisando a atuação da assessoria de segurança e informação (ASI) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no período de Adriel Lopes Cardoso. **Revista Insigne de Humanidades**, Natal, v. 2, n. 3, p. 124-146, set./dez. 2025.

Recebido em: 17/12/2025

Aprovado em: 27/12/2025

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1408424931053716>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-0036-6162>.





RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na gestão do servidor Adriel Lopes Cardoso que comandou a ASI na UFRN entre os anos de 1977 até 1986. Este artigo analisa os documentos produzidos entre 1978 e 1980. O objetivo é examinar a rede de espionagem existente na UFRN no contexto da ditadura empresarial-militar. As fontes utilizadas para embasar este artigo são documentos produzidos pela própria ASI da UFRN, documentos feitos pela Divisão de Segurança Interna do Ministério de Educação e Cultura (DSI-MEC) e documentos produzidos pelas Forças Armadas do Brasil. Os autores: Andrade (1994), Fico (2007), Motta (2014), apoiaram o embasamento teórico deste trabalho.

Palavras-chave: ASI; UFRN; Ditadura empresarial-militar.

ABSTRACT

This article aims to analyze the performance of the Security and Information Advisory Service (ASI) under the administration of Adriel Lopes Cardoso, who headed the ASI at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN) between 1977 and 1980. It examines documents produced between 1978 and 1980. The objective is to investigate the espionage network that existed at UFRN in the context of the entrepreneurial-military dictatorship. The sources used in this article are documents from UFRN's ASI, the Internal Security Division of the Ministry of Education and Culture (DSI-MEC) and the Brazilian Armed Forces. The authors Andrade (1994), Fico (2007), and Motta (2014) provide the theoretical basis of this work.

Keywords: ASI, UFRN, Entrepreneurial-Military Dictatorship.

1 INTRODUÇÃO

Com o advento do golpe que tirou o Presidente João Goulart, os militares golpistas trataram logo de montar um novo serviço de informação para municiar o chefe do executivo com dados sobre os inimigos do regime, assim como de outras informações que o governo da época julgasse importantes. O Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFIC) criado no governo de Juscelino Kubitschek, ligado à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, não parecia confiável, tendo em vista que não foi capaz de informar Goulart no momento da grande crise que o





governo sofria. Então, o general Golbery do Couto Silva criou o Serviço Nacional de Informação (SNI) ainda em junho de 1964 (Brasil, 1964), dois meses após o golpe que instaurou a ditadura empresarial-militar². É perceptível aqui a necessidade de um serviço de informação de qualidade, tanto que foi uma das primeiras medidas do governo autoritário da época.

Ao longo dos anos, o serviço de inteligência foi se sofisticando e aumentando o seu poderio, principalmente com Jayme Portella de Mello (1911-1984), Ministro-Chefe da Casa Militar, no comando. Em virtude dessa função, ele também secretariava o Conselho de Segurança Nacional (CSN). Portella era uma pessoa influente no governo do ditador Arthur da Costa e Silva, que governou o Brasil de 1967 até 1969. Em 1967 foi criada a Divisão de Segurança e Informações (DSI) nos ministérios civis e segundo o historiador Motta (2014) esse órgão tinha a função de assessorar os ministros nos processos de decisões e em questões de segurança.

Neste trabalho, a DSI que vai nos importar é a do Ministério de Educação e Cultura (MEC). Os pilares da DSI foram as seções do CSN. As DSI sofriam de um duplo comando, além de ser subordinada ao ministro da respectiva pasta, elas foram coordenadas pelo CSN e a partir de 1970 pelo SNI. Os serviços de informações eram um pilar importante para o governo autoritário dos militares e vai ganhando força com o passar dos anos do regime. O governo da ditadura empresarial-militar criou o Sistema Nacional de Informações (SISNI), nele estavam subordinados diversos órgãos desse tipo de serviço, incluindo o SNI. Em 1970, é criado o Plano Nacional de Informações (PNI)³, ademais, nos órgãos públicos, autarquias, subordinadas às DSI, foram criadas em 1970 as Assessorias Especiais de Seguranças e Informações (AESI),

² Em sua tese de doutorado: “A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, de 1964-1985”, o historiador Pedro Campos destacou a participação ativa dos empresários para o acontecimento do golpe por meio do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e na atuação dos empresários durante o regime militar. Essa tese demonstra a participação direta de empresários de forte poder econômico no golpe e manutenção do regime militar, sendo recompensados com cargos público. Um exemplo disso é o empreiteiro Octávio Marcondes Ferraz, que foi presidente da Eletrobrás durante o governo de Castello Branco. Campos (2012) vai destacar também que as políticas que diziam respeito aos trabalhadores atendiam diretamente aos empresários, por isso tivemos arrocho salarial, perseguição aos sindicatos e repressão aos trabalhadores. Em virtude disso, a tese de Campos (2012) vai corroborar a ideia de ditadura empresarial-militar.

³ No livro: “O Brasil Republicano: o Tempo do Regime Autoritário” organizado por Jorge Fernandes e Lucília Delgado, o autor Carlos Fico fala no capítulo: “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão” sobre a criação do Plano Nacional de Informações.



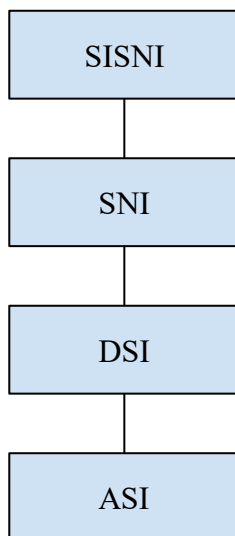
mas em 1975 o nome mudou para Assessoria de Segurança e Informações (ASI). Essas ASI eram mais um braço do complexo do serviço de informações formado pela ditadura e atuavam nas diversas universidades públicas, empresas estatais a exemplo da Petrobrás e em outros órgãos públicos. O regime também contava com o serviço de inteligência das Forças Armadas, órgãos como: Centro de Inteligência do Exército (CIE), Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Inteligência da Marinha (CENIMAR). Dessa maneira, percebemos a importância que os serviços de inteligência tinham para a ditadura empresarial-militar, sendo os “inimigos internos” (pessoas contrárias ao regime) o principal foco desses órgãos.

Cada universidade deveria ter a sua ASI, logo, foi nesse contexto que surgiu a ASI na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), nas demais universidades e em empresas públicas como a Petrobrás. Para sofisticar o serviço de espionagem, foi fundada em 1971 a Escola Nacional de Informações (EsNI), que tinha como objetivo formar espões civis para integrar os órgãos do governo. Na estrutura da espionagem montada pelo governo ditatorial também existiam as Assessorias Regionais de Segurança e Informações (ARSI), elas possuíam a função de coordenação das atividades das ASIs, assim como, fazer um meio campo entre a ASI e a DSI do MEC. Existiram 5 no Brasil que tentavam abarcar boa parte do país, são elas: ARSI/NE, ARSI/DF/MG/GO, ARSI/GB, ARSI/SP E ARSI/RS. Contudo, na maioria das vezes as ASIs faziam contato direto com a DSI, sem passar pela sua respectiva ARSI, por isso que ela não é considerada um órgão de grande importância, também por esse motivo que optei por não colocar no organograma a seguir:





Organograma 1. Estruturação do sistema de informações e contrainformações civis da ditadura empresarial-militar brasileira



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Esse cronograma é uma demonstração da estruturação do sistema de informações e contrainformações civis da ditadura empresarial-militar brasileira. Para finalizar esse tópico, é importante entender que com a escalada da repressão, principalmente depois do AI-5, a estrutura de espionagem foi aumentando e ganhando mais poder, cada vez mais o governo da ditadura empresarial-militar foi alimentando esse setor para combater os revoltosos contra esse governo.

2 AÇÕES GERAIS DE UMA ASI:

Difícilmente algum evento, contratação de funcionários ou alunos que integravam o movimento estudantil passou batidos pela ASI. Algumas funcionam de forma mais sigilosa, a ASI da UFRN no período de Adriel Lopes Cardoso já era bem popular na universidade, com os estudantes sabendo até o local que ela ficava na atual Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), antigo prédio da Reitoria da UFRN (Brasil, 2015). Em teoria uma Assessoria de Segurança e Informação dentro de uma universidade serviria para orientar o reitor no assunto que envolve a Segurança Nacional, o órgão estaria subordinado ao reitor. Contudo, não é raro encontrar os



chefes desse órgão de informação confrontando reitores e criando situações conflituosas entre essa assessoria e a reitoria. As ASIs também estavam sob supervisão da DSI/MEC e consequentemente do SNI.

A nomeação do responsável por esse órgão era de escolha do reitor, mas passava pelo crivo da DSI que fazia uma investigação sobre os posicionamentos políticos do indicado, o salário era pago pela universidade. Segundo Motta (2014), muitos reitores negociavam com os comandantes militares a indicação desse nome. A partir de 1975, com o decreto nº 75640 do ano supracitado, só poderia ser diretor da ASI quem tivesse um desses cursos: curso da Escola Superior de Guerra (ESG), curso A da EsNI, curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) ou equivalente das demais Forças Armadas (Brasil, 1975). Essa medida dificultou bastante para algumas reitorias acharem responsáveis para ocuparem o cargo. Ademais, ela também evidencia um maior cuidado do regime em aumentar a eficiência dos seus órgãos de informações e consequentemente a opressão do regime, tendo em vista que essas informações obtidas poderiam trazer drásticas consequências para os espionados.

No dia 25 de janeiro de 1971 foi enviado um ofício circular ao Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais e possivelmente para outros reitores. Esse ofício falava da criação da ASI (na época era chamada de AESI), sua importância para o sistema de informações, bem como solicitava ao reitor a nomeação de uma pessoa de confiança para dirigir esse órgão que seria subordinado ao reitor. De acordo com esse documento a ASI teria três principais funções, são elas: produzir as informações necessárias às decisões dos Reitores, produzir informações para atender às determinações do Plano Setorial de Informações e encaminhar à DSI informações que ela solicitaria (Brasil, 1971).

O levantamento de informações pela ASI não poderia seguir de qualquer jeito, teria de ter um padrão. Nesse sentido, em 1974 a DSI do MEC enviou um ofício para as assessorias de segurança e informações com um padrão de Levantamento de Dados Biográficos (LDB) que os responsáveis pelo órgão precisariam seguir para fazer a triagem ideológica de pessoas que poderia assumir cargos, funções ou comissões na esfera pública, bem como faziam esse levantamento para os funcionários que pediam afastamento do país. O documento exigia que no LDB deveria constar a posição ideológica da pessoa, suas atitudes em relação a “revolução” de 1964, probidade administrativa, conduta civil, eficiência profissional e se participava ou tinha participado de atividades consideradas subversivas (Brasil, 1974). Essa obtenção de informações deveria ser feita de forma sigilosa, sem que a vítima percebesse que estava





sendo investigada. Vale ressaltar também que os estudantes atuantes politicamente também possuíam fichas com informações sobre suas atuações políticas, filiações partidárias, cursos que faziam, nome dos pais e em alguns casos a ficha contava até mesmo com o endereço. As instâncias superiores solicitavam esses levantamentos por meio dos Pedidos de Busca (PB) ou Pedido de Informações (PI) para as assessorias de segurança e informações que ficavam responsáveis por informar o órgão superior. Poderia acontecer também de haver denúncias falsas contra uma determinada pessoa para a ASI com a intenção de prejudicá-la, naquele regime ditatorial não se tinha o direito da presunção de inocência, as vítimas em muitos casos não tinham nem direito de defesa. Logo, tal atitude prejudicava muito o indivíduo falsamente denunciado. Por fim, para colher essas informações, as ASIs contavam com espiões que se infiltravam no meio dos estudantes e funcionários públicos.

Além disso, os eventos que ocorriam dentro da universidade dificilmente passavam batidos pelas ASIs. É comum encontrar nos relatórios de funcionários desses órgãos relatos sobre algum evento que aconteceu na universidade, geralmente expondo falas dos participantes, qual grupo político pertenciam e entre outras coisas. Também expunham jornais feitos por estudantes que continham alguma crítica ao regime. A contrainformação também era outra atuação das ASIs, ela consistia em textos dos próprios funcionários do regime que visavam criticar os comunistas e ter uma visão otimista em relação ao Brasil. Com o intuito de não ficar tão evidente que era um texto produzido pelos militares, os elogios ao Brasil eram discretos, no texto podiam até tecer críticas de leve ao governo. A ideia mesmo era combater o elemento subversivo dos estudantes como um texto “produzido por um deles”.

Um ponto que merece destaque é sobre a contratação de professores. O professor contratado passava por todo esse levantamento de dados sobre a sua vida pela ASI da universidade que estava sendo contratada. Além disso, a contratação de um docente poderia envolver mais de uma ASI, isso fica claro nos PB das professoras: Jodete Guilherme Amorim, Nilda Maria Teixeira de Cerqueira, Teresinha Maia de Macedo (todas elas contratadas como professoras colaboradoras) e na admissão de professores visitantes a exemplo de Aristides Inácio Ferreira Nunes e Neuza Batista da Silva (Brasil, 1978a). Todo esse pessoal estava cotado para lecionar na UFRN, bem como todos passaram em algum momento da vida acadêmica pela Universidade de Brasília (UnB). Tendo em vista a passagem desses profissionais por Brasília, a DSI do MEC consultou a ASI dessa universidade para saber o comportamento moral desses docentes. A curiosidade sobre o comportamento desses professores era principalmente para saber se eles integravam ou integraram movimentos políticos contrários ao regime. Dessa forma, é cristalino o interesse dos militares e outros

agentes da ditadura em afastar pessoas contrárias ao regime da universidade e de outros serviços públicos. Quem ousasse lutar contra os governos da época teria de ser impedido de entrar na universidade ou ter sua vida acadêmica muito prejudicada dentro desse espaço, a universidade deveria ser apenas dos favoráveis à ditadura ou das pessoas que por alguma razão não se manifestassem contra.

É válido ressaltar também que durante 10 anos (1969-1979) existiu no ensino público e no privado o decreto nº 477 que afastava os indiciados dos seus cargos ou funções por praticarem algum tipo de ação contra a ditadura empresarial-militar. Em caso de condenação, o aluno era penalizado com o desligamento e proibição de se matricular em qualquer outra instituição de ensino por três anos. No tocante aos professores e outros funcionários a pena era de demissão e proibição de ser nomeado por qualquer outra instituição pelo prazo de 05 anos (BRASIL, 1969). Sendo assim, a ASI municiada desse decreto causava um verdadeiro clima de terror na universidade, lembrando mais uma vez que a presunção de inocência não era uma garantia das vítimas da ditadura.

Portanto, as atividades de uma ASI na universidade eram diversas, neste trabalho será mostrado como ela atuou na UFRN no período de Adriel Lopes Cardoso. São inúmeras ações que visavam vigiar o cotidiano universitário. É importante enfatizar que a ASI não era um órgão de repressão estilo DOI/CODI, mas sim de informação e contrainformação, logo, ela não tinha poder de polícia. Ainda assim, ela implementou um clima de terror nas universidades, afinal as informações colhidas por esse órgão poderiam causar sérios danos à pessoa investigada. Na UFRN, ela atuou de diversas formas, interferindo até na eleição do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Nas próximas páginas será trabalhada essa atuação da ASI na UFRN em específico.

3 ADRIEL LOPES CARDOSO: O RESPONSÁVEL PELA ASI NA UFRN DURANTE O PERÍODO DE 1977- 1986

Antes de adentrar profundamente no conteúdo da ASI/UFRN, é importante apresentar ao leitor quem foi o responsável por esse órgão durante o período abordado deste trabalho. Adriel Lopes Cardoso substituiu o ex-chefe da ASI, Jurandyr Navarro da Costa, em 1977, sendo o responsável pela ASI que passou pelo maior número de reitores diferentes. Segundo a Comissão da Verdade da UFRN, Adriel foi escolhido pelo Reitor Domingos Gomes de Lima, que o buscou em Brasília para



assumir esse cargo (Brasil, 2015). O chefe da ASI em questão, fez o curso na Escola Nacional de Informações. Durante o seu período no comando da ASI, Adriel foi responsável por implementar um verdadeiro terror na UFRN, seu forte alinhamento com o regime da época e a perseguição aos que era contrários a ditadura tornou Adriel um verdadeiro carrasco de professores, estudantes e funcionários que ousavam lutar contra a ditadura. Em muitas universidades, o funcionamento da ASI, o seu local na universidade e a suas atividades de maneira geral, eram de certa forma discretas, tendo em vista que era um órgão de informação. Contudo, esse não era o caso da ASI de Adriel Lopes Cardoso, ele e a atuação do órgão que estava sob seu comando eram bem conhecidos pela comunidade universitária em razão do seu caráter extremamente perseguidor. Até mesmo fora da universidade, devido a repercussão do movimento estudantil da época, Adriel ficou conhecido, com denúncias de suas atitudes indo parar em jornais da cidade (Brasil, 1979a). Ao longo deste trabalho Adriel será uma figura muito presente e importante para essa pesquisa, por isso ele merece um tópico destacado.

4 A ASI NA UFRN:

Nada passava despercebido pela ASI na UFRN, nos documentos confidenciais produzidos pelo órgão eram abordados diversos assuntos. Desde o levantamento de dados sobre professores que poderiam ser contratados até relatos dos eventos que aconteciam na universidade. Em tese isso serviria para assessorar o reitor para tomar decisões embasadas sobre aquele determinado assunto, mas na prática era para alimentar o Plano Setorial de Informações e responder às demandas da DSI do MEC. Na ASI, Adriel contava com outras pessoas trabalhando nesse órgão, a exemplo da Aracy Homem Siqueira e Leonel Ribeiro Sobrinho. Vale destacar que o quadro de funcionários nem sempre foi esse, havendo alterações durante os anos. Na Comissão da Verdade da UFRN realizada em 2013, Leonel Sobrinho revelou que toda pessoa que ingressava na universidade (docente, discente ou técnico administrativo) tinha um registro no departamento pessoal no caso dos servidores e no caso dos discentes esse registro era feito no Departamento de Administração Escolar (DAE), esses registros eram encaminhados a ASI (Brasil, 2015). Com isso e com as documentações disponíveis, temos mais uma prova do controle que a ASI exercia na universidade, o órgão cumpria muito bem a sua função de serviço de informação, não era algo com importância mínima com muitos tentam afirmar, ela era bastante presente na vida universitária da época.



Em depoimento na Comissão da Verdade, Leonel Ribeiro Sobrinho afirmou que a sua função na ASI era apenas realizar a leitura de jornais da capital que falavam sobre a universidade e entregar a Adriel, essas notícias poderiam ser apenas sobre a universidade mesmo ou sobre os servidores (Brasil, 2015). Levando em consideração o caráter da ASI, é possível afirmar que evidentemente essa atuação de Leonel não era inocente, fazia parte da parte controladora desse órgão que queria afastar os “subversivos” da universidade e para isso colhia qualquer informação que ajudasse a atingir esse objetivo, seja ela verdadeira ou não. Infelizmente, não tem disponível outras documentações que demonstrem outros tipos de atuação de Leonel ou de outros funcionários. Contudo, ao analisar os documentos da ASI encontramos recortes de jornais falando sobre a universidade ou um grupo específico da comunidade universitária, ajudando assim a corroborar com a veracidade desse depoimento.

A localização da ASI no espaço da UFRN é um fato bastante curioso desta pesquisa, embora os reitores fossem os responsáveis por nomear os responsáveis pela ASI e esse órgão ser ligado ao MEC, alguns reitores afirmaram desconhecer a sua localização na universidade ou não ter certeza. Segundo a Comissão da Verdade da UFRN, o Reitor Diógenes da Cunha Lima fala sem ter certeza de que ela se localizava no prédio da antiga reitoria, numa tentativa de evidenciar que esse órgão não era uma das suas principais preocupações (Brasil, 2015). Apesar desse suposto desconhecimento dos reitores ou de falta de clareza em afirmar, é de amplo conhecimento que a ASI funcionava na parte de trás da atual Biblioteca Central Zila Mamede. Sua localização era bem conhecida pela comunidade universitária, afinal, muitos estudantes, professores e funcionários, tiveram que passar pelo constrangimento de prestar depoimentos nesse órgão por serem suspeitos de “atividades subversivas”. A sala da ASI na UFRN era dividida em duas partes, sendo uma parte exclusiva para Adriel e a outra para o restante dos funcionários (Brasil, 2015).

4.1 EXEMPLIFICANDO A ASI – UFRN

Para demonstrar na prática uma atuação da ASI na UFRN é válido destrinchar um documento desse órgão para ficar mais evidente todo conteúdo abordado até aqui. Sendo assim, no dia 31 de julho de 1978 a ASI da UFRN produziu um documento questionando a prática de mandar estudantes contrários ao regime para participar de congressos, simpósios, encontros e entre outras atividades (Brasil,



1978b). Segundo o documento, a participação desses estudantes nesses eventos trouxe problemas que começaram a perturbar a tranquilidade na universidade, bem como trouxe também a existência de movimentos “clandestinos” que não existiam antes na UFRN. O documento de autoria desconhecida cita o exemplo da criação do Centro da Mulher Natalense atrelando a sua criação a participação das fundadoras no Congresso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Curitiba. De acordo com o autor do texto, esse órgão instalado no Diretório Acadêmico do Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) tinha foco em outras atividades, menos a acadêmica. A estudante Rossany Mary Sudário aparece no texto como uma liderança entre as mulheres que participaram do congresso e que compõem o centro, no arquivo tem até uma ficha com os seus dados e suas participações políticas. Sobre a atuação política de Rossany, o documento fala no tópico “dados de qualificação” que ela é simpatizante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fala que ela é “liderada” por Juliano Siqueira, outro “subversivo” da universidade, relata também que ela é fundadora do Centro da Mulher Natalense, integra a chapa “União e Trabalho” em campanhas estudantis e entre outras informações políticas sobre a estudante. Além desses dados da atuação política, o documento também conta com o endereço de Rossany, número da identidade e título de eleitor. Todas essas informações são mais uma prova que a ASI mapeava a atuação política dos estudantes que participavam do movimento estudantil e em muitos casos esse mapeamento não se limitava apenas a vida política do estudante. O órgão sabia com muita precisão qual ala de tal partido aquele determinado estudante era ligado, quem eram os seus correligionários e muitas outras informações de nível pessoal até. Esse mapeamento estava justificado pela “segurança nacional” que deveria ser mantida a todo custo pelos militares. Em virtude de atuações como essas e de interferências na vida política da universidade esse órgão vai ser um grande inimigo de boa parte da comunidade universitária contando com diversos protestos contra a sua existência pelo Brasil. Na prática, a existência da ASI vai perturbar a tranquilidade na UFRN e em outros lugares. Para finalizar, no fim do documento há recortes de jornais da época que falavam da fundação do Centro, isso era costumeiro em arquivos da ASI e sabemos que essa era uma das funções do funcionário Leonel Ribeiro Sobrinho.

Além do caso do Centro da Mulher Natalense, o mesmo documento também fala que depois da participação do então estudante Lair Solano Vale no evento V-SESAC-SP a reorganização do Partido Comunista Revolucionário (PCR) foi estimulada e restabelecida. A reorganização do PCR serviu, segundo o documento, como ponto de partida para algumas ações na universidade como: missas de protestos, palestras nos diretórios de saúde e entre outras ações. O arquivo em questão fala

também da atuação de Lair com a pastoral da juventude e de sua ligação com membros portadores antecedentes políticos ligados a “contra-revolução”. No tópico “dados de qualificação” também tem um mapeamento da vida política de Lair e dados pessoais como o seu endereço, no mesmo estilo que fizeram com Rossany. Esse documento foi enviado da ASI UFRN para a DSI do MEC, o autor fez questão de trazer mapeamento político desses dois estudantes citados no corpo do texto, apresentando-os para o leitor do ofício. O autor do documento defende claramente que a universidade não deve custear a ida desses estudantes para esses congressos, afinal, quando eles voltavam traziam problemas para a universidade. Logo, a ASI poderia prejudicar muito a vida universitária de um estudante que se posicionava contra o regime, o órgão o enxergava como um inimigo, a universidade não deveria apoiá-lo em absolutamente nada. A universidade pagar para esses estudantes ditos subversivos irem aos eventos, era entendido pela ASI e pelo regime como uma ajuda no fortalecimento do inimigo, isso era inaceitável e não poderia acontecer mais.

Um outro ponto que merece ser destacado no documento é a maneira como os militares e civis à serviço da ditadura lidam com a questão da segurança nacional. No começo do documento o desconhecido autor fala que há diversas maneiras de afetar a segurança nacional, seja intencional ou não, segue a fala a seguir:

Mesmo que não sejam intencionais, há diversas maneiras de afetar a Segurança Nacional. Esta pequena referência pode ser atribuída especificamente à falta de zelo ou omissão no exercício do cargo público, mormente em se tratando da mais alta autoridade administrativa. (Brasil, 1978b, p. 1).

Nós sabemos que o documento citado trata sobre a ida de estudantes custeados pela UFRN para eventos fora do Rio Grande do Norte. É interessante observar que a simples ida de estudantes para eventos em outros Estados e uma suposta consequência política nos movimentos estudantis na UFRN, era entendida como uma ameaça à segurança nacional do Brasil. O reitor não poderia ser omissor, pois estaria contribuindo com essa ameaça. Ao analisar os documentos produzidos pelos agentes da ditadura da época é fácil encontrar coisas simples encaradas como grandes ameaças à segurança nacional. Essa parte do documento dialoga muito bem com o que fala Carlos Fico no texto: “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão” diz o seguinte sobre isso:



Os agentes de informação interpretavam a seu modo a chamada "doutrina" de segurança nacional e traduziam em um jargão o pensamento político radical de direita. Assim, as lucubrações geopolíticas da Escola Superior de Guerra sobre a guerra fria ou os "objetivos nacionais permanentes" do Brasil eram representados banalmente no cotidiano da comunidade de informações através da descrição de episódios singulares. Uma pichação poderia conter ameaças à "segurança nacional". A visita de um professor universitário a um militante de esquerda poderia significar um passo na "escalada do movimento comunista internacional". Uma greve seria um "óbice" ao futuro do país (Fico, 2007, p. 180).

É evidente que, para os agentes da ditadura, tornar os inimigos do regime como ameaçadores da segurança nacional era de fato muito interessante, facilitava na punição arbitrária dessas pessoas, mais pessoas eram suspeitas por cometerem crime, bem como punidas por infringirem a Lei da Segurança Nacional de 1969 (Brasil, 1969). Em razão disso, ações de estudantes contrários à ditadura na UFRN vão ser entendidas como uma ameaça à segurança do Brasil, logo, é possível concluir que as acusações e punições com base nessa lei eram extremamente arbitrárias e sem sentido. De acordo com os militares, os ameaçadores da segurança nacional eram os comunistas que para a extrema-direita da época, assim como a atual, poderia ser qualquer pessoa que não concordasse com o autoritarismo extremo dos governos militares brasileiros do período. Além disso, acusar uma pessoa de crime contra a segurança nacional era uma forma também de desacreditar o indivíduo e o movimento que ele participava perante a sociedade. Por fim, a Lei de Segurança Nacional (LSN) desse documento em questão era a de 1969, outra Lei de Segurança Nacional foi feita em dezembro de 1978. A LSN 1969 era uma forma dos militares de reprimir os seus inimigos, um dos motivos da presença da ASI na UFRN era garantir à segurança nacional fosse garantida.

5 A ELEIÇÃO DO DCE DE 1979

A eleição para o Diretório Central dos Estudantes da UFRN de 1979 talvez tenha sido uma das maiores intervenções da ASI na vida estudantil da UFRN, assim como o papel da ASI nessa eleição mostra o caráter extremamente autoritário desse órgão.

A chapa Opção terminou sua gestão em junho de 1978, logo, era esperado que a eleição para o DCE fosse realizada ainda nesse mês. Contudo, o Pró-Reitor de Assuntos Estudantis João Wilson Mendes de Melo adiou a eleição para julho. Vale ressaltar que, diferente de hoje, as eleições para o diretório central dos estudantes aconteciam de forma indireta, os representantes dos diretórios acadêmicos eram os votantes da eleição. Ainda por cima, aconteceria nessa mesma época a eleição para os colegiados superiores da universidade, dessa maneira a reitoria poderia ter uma derrota nesse pleito. Durante o período do fim da gestão da chapa Opção até ocorrer a eleição, a reitoria nomeou Antônio Evânio de Araújo para Presidente do DCE e Magnólia Silva do Nascimento para vice-presidente dessa entidade⁴ (Andrade, 1994 p. 87). Caso a chapa Opção ainda estivesse no comando do DCE, ou então conseguisse eleger uma chapa na eleição para o Diretório Central dos Estudantes, a reitoria não poderia contar com os votos do presidente e vice-presidente do DCE na eleição dos colegiados superiores, tendo em vista que a chapa fazia oposição ao reitor. Os colegiados superiores elegiam a lista sêxtupla com nomes de possíveis futuros reitores, por isso tinha uma importância muito grande, os aliados do regime temiam a possibilidade de pessoas contrárias à ditadura serem eleitos para compor essa lista. Com a nomeação de estudantes indicados pela reitoria para assumir o DCE, o reitor se livrava de uma possível derrota no pleito para os colegiados superiores. Evidentemente que essa manobra do reitor Domingos Gomes de Lima foi fortemente denunciada na época pelo movimento estudantil universitário.

Não satisfeita em intervir na eleição dos colegiados superiores, a UFRN por meio da reitoria e da ASI, intervieram também na eleição para o diretório central dos estudantes. A primeira manobra começou quando a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) agendou a eleição para o período do recesso universitário em julho. Durante esse período boa parte dos presidentes dos diretórios acadêmicos estariam viajando, em caso de falta desses presidentes os vice-presidentes poderiam votar, mas ainda assim o quórum seria baixo, logo, mais fácil da reitoria controlar. Marcar uma eleição estudantil no período de recesso pode parecer sem sentido e até

⁴ Na dissertação de mestrado: “A Organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)” o autor Carlos Alberto Nascimento de Andrade aborda o processo eleitoral para o DCE que começou em 1978 e terminou apenas em 1979. Neste capítulo sobre essa eleição, ele informa que no período do fim da gestão da Chapa Opção e até a conclusão da eleição, os estudantes Antônio Evânio de Araújo e Magnólia Silva do Nascimento foram nomeados como Presidente e Vice-Presidente do DCE da UFRN respectivamente.



tragicômico, mas num regime autoritário isso se encaixa perfeitamente com a ideologia dominante da época. A democracia pouco importava seja em qual nível for.

Apesar de toda essa tentativa contra o movimento estudantil que combatia o regime, os estudantes contrários à ditadura empresarial militar conseguiram colocar uma chapa para a disputa do DCE. A chapa Opção era contrária à reitoria, tinha como candidato a presidente o estudante Cícero Gomes e, como vice-presidente, o estudante de medicina Cipriano Maia. A chapa composta pelo estudante Luiz Fernando de Oliveira (presidente) e Tereza Cristina Ribeiro (vice) eram acusados de ser uma chapa aliada da reitoria, bem como favorecida pelo reitor Domingos Gomes de Lima. No dia da votação alguns presidentes de diretórios acadêmicos faltaram, afinal, a universidade estava em recesso. Com essas ausências era esperado a vitória da chapa presidida por Luiz Fernando, mas não foi isso que aconteceu, a eleição deu empate e o regimento não previa como proceder em caso desse tipo. Dessa forma, as duas chapas não foram eleitas e o pleito foi anulado (Andrade, 1994).

Em mais uma demonstração de autoritarismo, a reitoria por meio do Pró-Reitor da PROAE José Wilson Mendes de Melo, demorou para marcar uma nova eleição para o DCE. A eleição ocorreu em janeiro de 1979, ainda por cima com um colégio eleitoral diferente da eleição de julho. Agora o colégio eleitoral contava com o Centro Regional de Ensino Superior (CRESM) e o Centro Regional de Ensino Superior do Seridó (CRESS). Ademais, apareceu mais uma chapa concorrente composta por Luiz Magno Cardoso (candidato a presidente) e Pedro Nicolau de Vasconcelos (candidato a vice-presidente). Depois de tanta manobra, a chapa presidida por Luiz Fernando de Oliveira ganhou por sete votos, a chapa de Cícero Gomes obteve apenas dois e a de Luiz Magno não foi sequer votada. A partir desse resultado a reitoria consolidou o seu domínio sobre o DCE e nos colegiados superiores, afastando a oposição ao regime dos lugares de representação estudantil (Andrade, 1994). A reitoria da UFRN nesse tempo era um braço da ditadura empresarial-militar.

A intervenção da reitoria na eleição para o DCE a fim de evitar uma chapa que se opunha à reitoria e ao regime militar, não foi mera teoria da conspiração do movimento estudantil da época. O documento confidencial da ASI sobre esse tema mostra uma clara pressão do órgão para que a reitoria da UFRN não deixasse a Chapa Opção ser eleita. Sendo assim, vale uma análise desse documento (Brasil, 1979b). No dia 02 de janeiro de 1979, a Assessoria de Segurança e Informações enviou para a reitoria da UFRN um ofício sobre a inscrição dos candidatos Cícero Gomes e



Cipriano Maia. Em um dos trechos desse documento fica evidente a pressão da ASI na reitoria para que juntas pudessem intervir na eleição do DCE, segue o trecho:

É fácil pois, como ficou evidenciado, identificar como eles agem, como é fácil conhecer os seus propósitos, restando-nos assumir uma atitude firme e responsável da qual dependerá a tranquilidade da Universidade. Ademais, em todo esse episódio, há outro aspecto a ser considerado por Vossa Magnificência, salvo melhor juízo. Em maio próximo, Vossa Magnificência estará transferindo o comando da Administração Universitária ao seu sucessor, certamente, há de querer transferir o cargo e o cargo com o mínimo de problemas. (Brasil, 1979b, p.14).

Diante desse documento e sabendo como a universidade agiu nesse pleito, fica muito perceptível que assumir uma atitude firme se tratava de intervir de uma maneira autoritária na eleição do Diretório Central dos Estudantes. Nesse mesmo documento, os estudantes Cícero Gomes e Cipriano Maia são tachados como subversivos, uma possível vitória eleitoral deles poderia ser ruim para tranquilidade da universidade. Para a ditadura, tranquilidade significava ausência de questionamentos sobre os crimes cometidos pelo regime durante toda a sua história. Os militares e os seus agentes queriam uma universidade amordaçada, cúmplice do regime, a reitoria da UFRN na gestão de Domingos Gomes de Lima agiu para que a universidade cumprisse esse papel, mas o movimento estudantil frustrava as intenções do reitor e de Adriel Lopes Cardoso. Em relação a passar o cargo com o mínimo de problemas significava suprimir a oposição ao regime na UFRN para que o próximo reitor ter “paz” na sua gestão. Por fim, a paz para a ditadura empresarial militar é a “paz sem voz” como canta a Banda “O Rappa” que de acordo com o próprio grupo musical isso não pode ser caracterizado como paz, mas sim como medo⁵.

6 A RELAÇÃO DA ASI COM A REITORIA DA UFRN

Um outro ponto que é importante destacar no documento é a maneira como a ASI falava com o reitor da universidade. Em teoria, sabemos que o chefe da ASI era subordinado ao reitor, mas na prática isso não se mostra tão verdadeiro, vai variar de

⁵ O RAPPA. **Minha alma** (A paz que eu não quero). 1999. Faixa 6 em Lado B Lado A. Rio de Janeiro: Warner Music, 1999.





ASI e de universidade. Na UFRN, um trecho do ofício supracitado, a maneira como o órgão fala com o reitor parece de certa forma um tom mais ameaçador:

Ora, o novo ano letivo terá o vigor de seu início praticamente com o mandato de seu sucessor. Haverá também a sucessão Presidencial, e ser justamente nessa época que poderão eclodir os movimentos estudantis, decorrentes da ação deletéria e adredemente concebida pelos maus elementos que se dedicam à Agitação, infiltrados nos meios universitário, caso não saibamos neutralizá-los ou contê-los ' em suas Ações, Ações essas que bem podem ser aferidas pelo padrão do impatriotismo. A intranquilidade será a palavra de ordem. Seria profundamente desagradável para essa Administração, ser acoimada de demasiada tolerante com as organizações estudantis universitárias, a ponto de legar a seu sucessor a delicada questão de agitações internas na Universidade, cujas soluções teriam que se desdobrar em ações de consequências incontroláveis e imprevisíveis. Seu sucessor receberia uma herança altamente negativa (Brasil, 1979b, p. 14).

Pelo tom da mensagem, é difícil acreditar que um subordinado se expressa dessa maneira com o seu superior. Por mais que a ameaça em si não esteja explícita, ela fica identificável nas entrelinhas, fica o questionamento: qual seria a consequência de a administração ser acoimada de ser tolerante? Bem, no texto não fica evidente, contudo, o depoimento de Sérgio Dieb (estudante da UFRN na época da ASI de Adriel) presente dissertação de Carlos Alberto Nascimento de Andrade:

A Organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)” traz uma revelação importante [...] “Numa das vezes em que estive na ASI, o Sr. Adriel disse textualmente, que quem mandava na UFRN era ele, pois até o Reitor era vigiado por ele [...] (Andrade, 1994, p. 89).

Ao analisar isoladamente essa fala de Sérgio Dieb, seria possível dizer que Adriel queria amedrontar um estudante, se dando um poder maior do que ele teria de fato. Porém, ao analisar esse depoimento de Sérgio Dieb, bem como o trecho do ofício mostrado neste trabalho, é possível afirmar que Adriel tinha muita autonomia dentro da universidade, sua atuação não era condizente com uma atuação de subordinado a Domingos Gomes de Lima, essa relação era no mínimo de igual para igual. O trato de



Adriel com os estudantes era o pior possível, o estudante Cícero Gomes relatou na dissertação de Andrade (1994) que num depoimento para a ASI, Adriel o ameaçou, segue o trecho da fala de Cícero Gomes:

[...] eu fui chamado por Adriel Lopes Cardoso, [...], onde ele me disse: se afaste desse pessoal, pois esse pessoal é do Partido Comunista. Porque esse relacionamento só vai lhe fazer mal, vai atrapalhar a sua carreira profissional [...], e que, se você não tiver mais jeito, você pode até morrer de um mal súbito na rua. Para mim foi uma clara ameaça de que eles podiam tramocar alguma coisa no sentido de nos matar, num acidente de carro ou alguma coisa nesse sentido (Andrade, 1994, p. 88).

O relato de Cícero Gomes evidencia o período de terror que a UFRN e o Brasil como um todo passava na época, bem como mostra o caráter extremamente autoritário de Adriel Lopes Cardoso. A ASI, apesar de não ser um órgão no estilo DOI/CODI, representava uma ameaça à integridade física dos opositores do regime na UFRN, um estudante da universidade sendo ameaçado pelo chefe de um órgão sediado na UFRN, ou seja, um absurdo sem tamanho.

É importante ressaltar que o reitor Domingos Gomes Leite não era uma vítima de Adriel, ele foi conivente e um ajudante do chefe da ASI na sua agenda de repressão. Fica evidente que o caráter autoritário estava presente nos dois, não foi identificado em momento algum o reitor tentando combater Adriel Lopes Cardoso, muito pelo contrário, os dois atuavam juntos como vimos na eleição para o DCE de 1979.

7 A CAMPANHA PARA A DESATIVAÇÃO DA ASI

Devido ao seu caráter extremamente autoritário, começou na UFRN uma campanha para a desativação da ASI. Esse tipo de campanha não ocorreu apenas na UFRN, a desativação da ASI passou a ser uma das principais bandeiras do movimento estudantil da época. Em maio de 1979, o Ministério de Educação envia um ofício para o reitor da Universidade Federal de Minas Gerais extinguindo a ASI dessa universidade (Brasil, 1979c), contudo, a ASI da UFRN continuou existindo e com seu espaço dentro da própria universidade. Na época, o clima dentro da universidade era de extrema tensão devido ao caráter perseguidor da ASI, o chefe desse órgão: Adriel





Lopes Cardoso, era acusado pelos estudantes e funcionários contrários ao regime de ser o grande responsável pelo clima policalesco implantado na UFRN.

A campanha pela desativação da ASI vai ultrapassar os muros da universidade, isso chegar a preocupar o exército que enviar um arquivo para a DSI do MEC sobre uma campanha que estava sendo feita contra esse órgão (Brasil, 1979a). Nesse documento a 7ª Brigada de Infantaria Motorizada, localizada no quartel conhecido popularmente em Natal por “16RI” Sérgio Dieb e Woden Madruga são mencionados por escreverem artigos e notas de protestos contra a ASI. O exército informa a DSI/MEC que ocorre uma campanha orquestrada principalmente pelo jornal Tribuna do Norte que tem como meta sensibilizar a opinião pública e a nova gestão da universidade com o objetivo de desativar essa assessoria, por fim, o documento finaliza que o órgão tem contrariado corruptos e subversivos (Brasil, 1979a). Na parte de anexos, o documento traz recortes de jornais, em um desses cortes é destacado o pedido dos estudantes a Clênio Alves Freire (Pró-Reitor Para Assuntos Estudantis da época) para desativar a ASI. Em outro recorte de jornal, é destacado o fato que a ASI-UFRN ainda não teria sido desativada, diferentemente de outras universidades federais. Apesar de toda essa pressão, a ASI-UFRN vai durar até 1990 que teve como último chefe José Renato Leite (Brasil, 2015).

Ademais, em 1980, o Centro de Inteligência do Exército (CIE), manda um ofício à Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI), ao CENIMAR (Centro de Informações da Marinha, ao CISA (Centro de Informações da Segurança da Aeronáutica) e ao Centro de Informações da Polícia Federal acusando o Jornal Tribuna do Norte de publicar notícias falsas sobre a ASI da UFRN com o objetivo de extinguir esse órgão que de acordo com o documento seria uma das maiores aspirações dos opositores da “ordem” instaurada em 1964 (Brasil, 1980). Em outro trecho desse ofício, o CIE destaca “[...] a desativação de um órgão de importância, como a ASI/UFRN, seria um duro golpe de consequências incalculáveis para o controle que até então vem se exercendo, num setor vital para tranquilidade” (IBID, 1980, p. 2). O controle citado pelo CIE devemos chamar de repressão, a ASI da UFRN de fato fazia isso muito bem, a “tranquilidade” era mantida por meio de intervenção em processos eleitorais estudantis, perseguição a estudantes, a funcionários e entre outras coisas. Vale destacar também a preocupação e pressão dos órgãos militares para não extinguir a ASI da UFRN, isso pode ser um dos fatores para esse órgão ter demorado para ser extinto. Além disso, tudo indica que os militares também sabiam que a UFRN reunia muitas pessoas contrárias à ditadura, tendo um papel de destaque no processo de resistência a esse terrível período em Natal.

O desejo de acabar com a ASI na UFRN se manifestava também nos programas das chapas candidatas ao DCE da universidade. Andrade (1994) traz na sua dissertação esses programas das chapas dessa época. Na eleição direta de outubro de 1979, duas das três chapas (Aroeira e Alternativa) constavam nas suas propostas a extinção da ASI, a chapa “Quem Sabe Faz a Hora” não colocou essa proposição no seu programa (Andrade, 1994, p. 155). Segundo Andrade (1994) a chapa Aroeira era composta por militantes do PCB, PCR e PCdoB, enquanto a chapa Alternativa era composta por estudantes de direita e com discentes independentes (IBID, 1994). Na eleição que aconteceu em novembro de 1980 apenas a chapa “Contraponto”, formada por estudantes independentes, simpatizantes do PT e apoiada pelo PCdoB, propôs a extinção da ASI (Andrade, 1994). Apesar de todos os riscos que os estudantes poderiam sofrer por lutar pela extinção da ASI, bem como pela ditadura como um todo, o movimento estudantil não deixou de pautar os seus anseios sendo assim um agente fundamental pela redemocratização.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este artigo teve como objetivo iniciar um debate sobre a atuação da ASI na UFRN no período de Adriel Lopes Cardoso, para isso foi mostrada a forma como o sistema de espionagem civil se organizava nesse período. A fim de estudar a atuação desse órgão na UFRN foram analisados documentos da ASI da UFRN e de outras instituições universitárias, bem como documentos do Estado brasileiro, livros, dissertações e artigos sobre o assunto. Evidentemente, que este artigo não esgota a temática, ainda tem muito para pesquisar sobre a atuação da ASI na UFRN tanto no período de Adriel Lopes Cardoso quanto em outros períodos. Também fica faltando uma discussão sobre o caráter de classe nas perseguições da ditadura, o meio universitário era bastante elitizado, será muito positivo avaliar se estudantes de classes sociais diferentes sofriam as mesmas punições, a história oral pode contribuir nisso.

Ao fazer toda essa análise presente neste artigo fica bem explícito a utopia autoritária conforme Fico (2007) destacou no seu texto: “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. Segundo esse autor, a utopia autoritária dos militares é fundada na ideia de eliminação de quaisquer dissensões (Fico, 2007). Ao longo deste artigo ficou evidente essa utopia autoritária por meio da atuação da ASI na UFRN, o contraditório ao regime não era apenas proibido, mas também que ousasse a lutar contra essa ditadura deveria ser eliminado da universidade ou até mesmo da vida. Ademais, as intenções aqui não é iludir com uma suposta



perfeição da democracia liberal brasileira, mas destacar uma época muito pior de um Estado ditatorial. Por fim, esse artigo também visa contribuir na disputa pela memória desse período, entendendo essa luta como uma batalha pela sobrevivência da democracia brasileira, tendo em vista que uma boa parcela da sociedade sofreriam consequências terríveis com uma volta da ditadura no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento de. **A Organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)**. 1994. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1994.
- BRASIL. **Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964**. Cria o Serviço Nacional de Informações (SNI) e define suas atribuições. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jun. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4341.htm. Acesso em: 28 dez. 2023.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. [S. l.], 26 fev. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 jul. 2024.
- BRASIL. **Comissão da Verdade da UFRN**. Relatório final. Natal: EDUFRN, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/20655>. Acesso em: 16 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Segurança e Informações. **Ofício-Circular n. 02/SI/DSIEC/71, de 25 jan. 1971**. Assunto: Assessorias Especiais de Segurança e Informações das Universidades Federais. Brasília, DF, 1971. Documento datilografado. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_at4/0/0/0328/br_dfanbsb_at4_0_0_0328_d0001de0001.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Segurança e Informações. **Instruções para preenchimento do Levantamento de Dados Biográficos – LDB**. Brasília, DF, 1974. Documento confidencial. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_AA1/0/LGS/0034/BR_DFANBSB_AA1_0_LGS_0034_d0001de0001.pdf. Acesso em: 12 de jul. 2024.



- BRASIL. **Decreto nº 75.540, de 22 de abril de 1975.** Aprova o Regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis e das Assessorias de Segurança e Informações; revoga o Decreto nº 67.325, de 2 de outubro de 1970, e o Decreto número 68.060, de 14 de janeiro de 1971. [S. l.], 22 abr. 1975. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1975/D75640.html. Acesso em: 16 jul. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Segurança e Informações. **Pedidos de busca e fichas de qualificação de docentes cogitados para contratação na UFRN e outras instituições federais de ensino.** Brasília, DF, 1978a. Documento confidencial. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_AA1/0/I/NF/0044/BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0044_d0001de0001.pdf. Acesso em: 12 dez. 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Assessoria de Segurança e Informações. **Informação nº 034/78-ASI/UFRN:** Movimento Estudantil (Encontros, Simpósios, Congressos etc.). Natal, 31 de jul. 1978b. 34 p. Documento confidencial. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/III/81001987/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_81001987_d0001de0001.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.
- BRASIL. Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. Agência Central do SNI. **Informação n. 709-cie, de 8 de ago. de 1979.** Campanha para a desativação da ASI/UFRN. Brasília, DF, 1979a. Documento confidencial. Anexo: recortes de jornais. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1837075&v_aba=1. Acesso em: 11 fev. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Assessoria de Segurança e Informações. **Informação nº 002/79-ASI/UFRN:** Movimento Estudantil - Eleições DCE. Natal, 16 jan. 1979b. 33 p. Documento confidencial. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/III/80000823/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_80000823_d0001de0001.pdf. Acesso em: 11 fev. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Segurança e Informações. **Ofício nº 009/3000/79-SNM/DSI/MEC:** Extinção de ASI (COMUNICA). Brasília, 8 maio 1979c. 1 p. Documento confidencial. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_at4/0/0/0920/BR_DFANBSB_AT4_0_0_0920_d0001de0001.pdf. Acesso em 13 maio 2024.





BRASIL. Ministério do Exército. Gabinete do Ministro – CIE. **Informação Nº 12-102-A11-CIE:** órgão de comunicação social – propaganda adversa – "Tribuna do Norte". Brasília, 9 abr. 1980. 6 p. Documento confidencial. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/80007490/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80007490_d0001de0001.pdf. Acesso em: 01 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969.** Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. [S. l.], 29 set. 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0898.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20898%2C%20DE%2029%20DE%20SETEMBRO%20DE%201969.&text=Define%20os%20crimes%20contra%20a,julgamento%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias. Acesso em: 16 jul. 2024.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A ditadura dos empreiteiros:** as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro (1964-1985). Orientador: Virgínia Fontes. 2012. 539 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16073/Tese-pedro-henrique-pedreira-campos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 maio 2025.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; LUCILIA, Delgado (org.). **O Brasil Republicano:** o tempo do regime autoritário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4, p. 169-205.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 429 p.